

Tempo & Argumento

e-issn 2175-1803

Eduardo Matarazzo Suplicy: história oral de vida política – *highlights* de memória

Leandro Seawright

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História, dos cursos de graduação em História (licenciatura e bacharelado) e Coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral, Memória e História Pública da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Dourados, MS - BRASIL

lattes.cnpq.br/8064808306141687

leandroneho@gmail.com

 orcid.org/0000-0001-9561-6390

Para citar este artigo:

SEAWRIGHT, Leandro A. Eduardo Matarazzo Suplicy: história oral de vida política – *highlights* de memória. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0205, set./dez. 2020.

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312312020e0205>

Recebido: 17/12/2019

Aprovado: 04/08/2020



Eduardo Matarazzo Suplicy: história oral de vida política – *highlights* de memória

Resumo

Este artigo é consequência de uma entrevista de história oral realizada com Eduardo Matarazzo Suplicy e da memória verbalizada do narrador. Adotando-se a memória de expressão oral como elemento central para a história oral, avança para os efeitos disciplinares capazes de emoldurar temáticas escolhidas pelo interlocutor. Por isso, atende à temporalidade mnemônica. Parte da memória ao apresentar a sua *história de vida política* como gênero narrativo em história oral. Consequência imediata da entrevista foi a análise, ou a *história oral aplicada*, que indicou três *highlights* de memória: 1) *Highlight*, atenção desperta – sobre olhar pela janela; 2) *Highlight*, formação acadêmica – a constituição do político; 3) *Highlight*, ativismo – a constituição da política. Contribui para se pensar a história oral como derivada da memória verbalizada, para repensar a memória de elites econômicas, políticas, intelectuais e para o tratamento de políticas públicas pela história oral. Além disso, inverte a ordem escrita de documentos, leis e outros suportes para dar lugar à oralidade do político.

Palavras-chave: História Oral. Memória de Expressão Oral. Elites. Políticas Públicas.

Eduardo Matarazzo Suplicy: oral history of political life - memory highlights

Abstract

This article is the result of an oral history interview with Eduardo Matarazzo Suplicy and the narrator's verbalized memory. Adopting the memory of oral expression as a central element of oral history, the guarantee of disciplinary effects enabled for thematic framing chosen by the interlocutor. Therefore, it meets the mnemonic temporality. Part of the memory by presenting his history of political life as a narrative genre in oral history. Immediate consequence of the interview was the analysis, or the applied oral history, which indicated three memory highlights: 1) Highlight, desperate attention - about looking out the window; 2) Highlight, academic background - a constitution of the politician; 3) Highlight, activism - a constitution of politics. It contributes to think about oral history as derived from verbalized memory, to rethink the memory of economic, political, intellectual elites and to the treatment of public policies by oral history. It also reverses the written order of documents, laws, and other media to give way to the politician's orality.

Keywords: Oral History. Oral Expression Memory. Elites. Public Policy.

Centelhas introdutórias

Eu tenho um sonho de que um dia,
nos morros vermelhos da Georgia,
os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-donos
de escravos serão capazes de se sentar juntos
na mesa da fraternidade.
Martin Luther King Jr¹

Este artigo decorre da entrevista de história oral realizada com Eduardo Matarazzo Suplicy, de 77 anos à época, na manhã do dia 28 de janeiro de 2019, em sua residência, na cidade de São Paulo². Seguindo a linha de pesquisa do Núcleo de Estudos em História Oral – FFLCH/USP³, sabe-se que história oral, conforme concebida nesta e em outras investidas, é

um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 15)⁴

Propõe-se, pois, a realização *disciplinar* de história oral e não somente o seu uso como *ferramenta, técnica e forma de saber* (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 63-79); na forma de *disciplina* (SEAWRIGHT, 2017), estabelece-se a *memória de expressão oral* como campo privilegiado de incursão (GATTAZ; MEIHY; SEAWRIGHT, 2019, p.9)⁵. Sobretudo, a *memória de expressão oral* que se

¹ KING JR., Martin Luther. [Epígrafe]. In: SUPLICY, Eduardo. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 216.

² No entanto, um primeiro encontro para tratativas diversas sobre a entrevista foi realizado na manhã do dia 19 de novembro de 2018.

³ Para um estudo atualizado da história oral, conforme propomos, ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020. Esta obra foi escrita ao mesmo tempo em que redigi o presente artigo.

⁴ Ainda que aderente às operações propostas pelo NEHO/USP, o diálogo com outros importantes ramos de história oral é bem-vindo durante a escrita deste artigo. Segue destaque, neste ensejo, às menções trançadas que perpassam por uma parte dos trabalhos do CPDOC/FGV.

⁵ Evita-se confundir história oral *disciplinar* com uma prática encerrada na academia, realizada apenas na academia ou para a academia e sem a importante dimensão de seu caráter eminentemente público. Ainda assim, em artigos acadêmicos prevalece o tom acadêmico nas abordagens em *memória de expressão oral*.

comporta, neste caso, com as nuances do político e de suas propostas políticas presentes no conceito de memória coletiva (HALBWACHS, 1992)⁶. Como pressuposto revivescido após o final da Segunda Guerra Mundial, e com certo *New Wave* durante a década de 1980, a memória pretendida pela história oral atende à verbalização de lembranças como artefatos caracterizados por mobilidade, fluidez, instabilidade, afetividade, seletividade – entre outros quesitos próprios do *disparo da fala* (ERLL, 2008, p. 9)⁷.

A entrevista tratada segundo os ditames da história oral até a sua validação por meio de carta de cessão de direitos autorais (MEIHY; HOLANDA, 2013, p 148), é, por conseguinte, específica do *gênero narrativo* de *história oral de vida*: neste caso, *história oral de vida política* (MEIHY; RIBEIRO, 2011 p. 82)⁸; destaca-se, ademais, que a narrativa materializada pertence ao conjunto mais amplo do projeto *Memórias políticas*, iniciado no segundo semestre de 2018. Tendo referido vitórias e derrotas eleitorais, Suplicy mencionou também ao último malogro nas Eleições de 2018 como episódio capaz de repontar ao tempo imediato: “antes de começar a narrar, quero dizer que esta é, talvez, a primeira entrevista mais longa depois da derrota nas Eleições de 2018”. Segundo Suplicy (2019. Informação verbal) – que, ao lado da narrativa sobre a sua trajetória, não poupou avaliações críticas ao Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, à emergência da extrema-direita no Brasil e ao ministro Paulo Guedes – a “função desta entrevista é: refazer o percurso da minha vida, tentando lembrar de conquistas e derrotas, para depois olhar para frente”:

⁶ Apesar da ocupação com cuidados metodológicos durante a introdução e o desenvolvimento deste artigo, abdicou-se de longas discussões teóricas em prol de operações de história oral na valorização da entrevista propriamente dita. Admitindo-se que história oral está ligada à noção de projeto, compreende-se que está vinculada igualmente ao trabalho empírico, ao operar, ao “fazer”.

⁷ Duas coisas são destacáveis, portanto: a *primeira* é que a entrevista realizada com Suplicy se inscreve em um conjunto de outras entrevistas que funcionam no suporte da memória coletiva e que o conceito de memória coletiva não é tomado como uma espécie de *buzzword* conforme advertiu Astrid Erll (2008, p. 1- 15).

⁸ A “carta de cessão é um documento fundamental para definir a legalidade do uso da entrevista” e é sugerida como instrumento de validação do documento em história oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 148- 149). A ética em história oral, envolvendo pessoas públicas ou não, passa pela aceitabilidade jurídica do documento produzido.

Em todos os sentidos, não é fácil viver o que estamos vivenciando principalmente desde o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, mas, ao mesmo tempo, é bom lembrar que as coisas mudam. Agora, sob o governo Bolsonaro, teremos que defender os direitos humanos e uma economia solidária. Você sabe, sou economista que gosta de gente e minha maior luta foi por justa *distribuição de renda*, por *segurança de renda*. Quero contar em partes a minha *história de vida política* para, então, olhar para trás e adiante. Tem mais pela frente [...]. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Por ser distinta de biografia, a *história oral de vida* centraliza – com elasticidade mnemônica – quaisquer experiências como motivadoras de busca da “moral existencial” sem delimitações apriorísticas de períodos escolhidos pelo oralista⁹. Porque os marcadores temporais afluem do próprio aparelho mnêmico. Nesse sentido, em *história oral de vida* opera-se em “outra temporalidade que não a do tempo cronológico que marca a sequência narrativa” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 83). Isso porque “a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema” e “esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos” (BOSI, 2003, p. 66). Não se trata, portanto, de uma *história oral de vida* organizada por registros retílineos que atuam como norteadores de sequências sobrepostas ou recompostas. Não se diz de “resgate” da memória, portanto. Antes, compreende-se que a cada disparo de fala a *memória de expressão oral* se reorganiza por critérios de subjetividades contextuais.

Assim é que a incursão imperiosa da *história oral de vida* perpassa a temporalidade do campo mnemônico, pois, neste ensejo, além de reportar à experiência da trajetória, atende aos filtros de interpretações políticas e de políticas públicas: centelha que pode encandecer o presente artigo¹⁰. O *tom vital* da entrevista, dadas as circunstâncias de certa sensibilidade posterior à derrota eleitoral de 2018, foi conferido por meio da música: “Volta Por Cima”, de Paulo

⁹ Ao contrário de estabelecer uma periodização prévia e enquadrar de forma arbitrária a memória do entrevistado, preferiu-se, como de costume, realizar uma entrevista aberta, sem questionário e na forma dialógica, espontânea. Isto é, da memória de Suplicy surgiram menções orgânicas à temporalidade da *vida política* do narrador. Tudo por meio de *estímulos* mais do que através de perguntas estanques e fechadas.

¹⁰ Significa que, ao contrário de preestabelecer um período como é possível no *gênero narrativo* de história oral temática, cumpre ao oralista a escuta e o registro da experiência inteira. Materializado o documento característico de história oral, depreende-se a leitura e as consequentes periodizações ao tempo da memória.

Vanzolini – uma das canções entoadas pelo *colaborador*¹¹, que cantou músicas do Racionais Mc’s e de Bob Dylan¹².

Evidentemente, Suplicy tracejou com ênfase – na condição de ativista da *Renda Básica de Cidadania* – sobre como construiu sua *história de vida política*, abdicando nuances particulares ou da vida íntima durante a entrevista¹³. Os fragmentos da entrevista disponibilizados neste artigo indicam a seletividade da memória articulada ao protagonismo político do *colaborador* enquanto se ego-referenciou¹⁴. Torna-se importante esclarecer que assuntos apresentados por Suplicy foram privilegiados durante a análise de *história oral aplicada*¹⁵ com remessas comedidas quer seja à historiografia, quer seja à uma parte da bibliografia especializada em políticas públicas.

Ao longo da entrevista, Suplicy entregou o livro “*Renda de cidadania: a saída é pela porta*” (2013), de sua autoria, fazendo referências laudatórias a Leon Tolstói, Mahatma Gandhi, Malcom X, Angela Davis, mas, sobretudo, ao pastor batista Martin Luther King Jr., em razão de seu discurso de 1963: *I Have a Dream*, durante a Marcha sobre Washington – conforme o texto em epígrafe nesta introdução. Tudo, e sempre mais, para firmar-se como quem aderiu ao ativismo pacífico, de certa elegância como marca ou da não violência. A obra entregue foi considerada, durante a análise, não apenas como componente bibliográfico, mas como *objeto biográfico* notadamente textual e moderador da atividade

¹¹ Prefere-se o conceito de *colaboração* e a identificação do entrevistado como *colaborador* do que “depoente”, “informante”, “ator social” ou um gélido “objeto de estudos”. Pois o “respeito ao significado da colaboração é um bom ponto de partida” para pesquisas que requalificam o papel do interlocutor (MIEHY; RIBEIRO, 2013, p. 23).

¹² *Tom vital* é um organizador da entrevista que funciona como eixo narrativo durante a materialização ou passagem do oral para o escrito: é frase que serve “de epígrafe para a leitura da entrevista” (MIEHY; RIBEIRO, 2013, p. 109).

¹³ Suplicy não discorreu, por exemplo, sobre experiência matrimonial, paternal ou mesmo de aspectos variados como o fato de ter lutado boxe e participado de competições como o campeonato da Gazeta Esportiva ou de detenções nas diversas manifestações. Matérias preteridas por Suplicy, contudo, foram da mesma forma abdicadas em atendimento ao arranjo de memória realizado por critérios de ego-referenciação como uma expressão de memória coletiva.

¹⁴ É prática corrente entre a maior parte dos pesquisadores do NEHO/USP a disponibilização de histórias inteiras quando se trata de capítulos de livros e livros. Em círculos internacionais, trabalhos como o de Svetlana Aleksievitch (2016) demonstram que as histórias inteiras proporcionam imersões mais significativas no campo da *memória de expressão oral*.

¹⁵ A *história oral aplicada* é um conceito utilizado com ineditismo neste artigo e que indica também os vieses ou critérios da análise em história oral. Em coautoria com Meihy, escrevi a obra “Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada”, no prelo, durante a escrita deste artigo, pela Editora Contexto.

verbal¹⁶. Nada obstante, Suplicy disponibilizou fotografias de sua *história de vida* e de *vida política* de seu acervo, sem, contudo, recordar-se dos fotógrafos que realizaram os trabalhos¹⁷.

No deslinde fragmentário da entrevista, entretanto, propõe-se apresentar *Highlights da memória de expressão oral* de Suplicy a partir de três eixos que remetem a períodos distintos e derivados de sua *história de vida política*:

- (a) as origens familiares de Suplicy entre as elites econômicas não determinaram escolhas políticas – ainda que lhe tenham sido favoráveis; ao mesmo tempo, a formação de certa memória não elitista serviu de mostra para alternativas possíveis e nada *teleológicas* na consolidação da *história de vida* do político com incidência sobre suas propostas políticas e ativismo continuado.
- (b) depois de sua formação acadêmica realizada entre o Brasil e os Estados Unidos, o *colaborador* procurou convergências apoiadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lula, entre os âmbitos intelectuais e operários. A afirmação de sua *história de vida política* não precedeu o reconhecimento de Suplicy como intelectual que se alinhou aos trabalhadores. As balizas temporais de memória, nesta fase, oscilam entre 1964 durante sua experiência estudantil e, em 1978, quando de sua primeira vitória na eleição para deputado estadual pelo estado de São Paulo.
- (c) os retratos de experiências políticas de Suplicy se estenderam do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, para o nascedouro do Partido dos Trabalhadores, PT. Na sequência, avançou para as lembranças da campanha das *Diretas Já* e, sem ênfase demasiada, ao contexto de sua atuação política durante o Impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, Collor. Tais lembranças, contudo, cederam lugar para propostas prioritárias em torno das políticas públicas de *distribuição de renda* ainda na busca pela consolidação do programa *Renda Básica de Cidadania*, RBC. O período contemplado, nesta fase, compreende

¹⁶ Em termos amplos, o *objeto biográfico* está relacionado à história de vida dos *colaboradores*: o quepe de um militar, o mbaraká do indígena e, é claro, um livro do autor. Da mesma forma, considera-se importante e digno de nota, aqui, a tentativa de deslocamento do narrador para o universo letrado a partir do qual fala.

¹⁷ Assim, justifica-se a ausência de créditos nas fotografias pertencentes ao acervo do *colaborador*. Em razão da importância do material para a *história de vida* e de *vida política* de Suplicy, não pareceu conveniente preterir as fotografias apresentadas.

abordagens espiraladas de memória entre 1979 e 2004 sem prescindir de considerações sobre a falta de implementação posterior da Lei da *Renda Básica de Cidadania*.

Propõe-se apresentar, com base nos construtos supramencionados, *Highlights* da *história de vida* de Suplicy como capazes de encandecer parcialmente as experiências de vida que funcionam como mostras de rupturas entre origens e destinações, bem como entre a constituição do político e de sua política. Denominam-se *Highlights* elementos que, distantes de exaurir de forma continuada e sobreposta a *história de vida* do *colaborador*, encandeceram interpretações adequadas para explicar vivências: com funções tópicas, são eles: 1. *Highlight*, atenção desperta – sobre olhar pela janela; 2. *Highlight*, formação acadêmica – a constituição do político; 3. *Highlight*, ativismo – a constituição da política¹⁸. Terminado no mesmo dia da estreia do documentário “Quatro Dias com Eduardo”, de Victor Hugo Fiuza, no Festival do Rio de 2019, este artigo põe o fito na *memória verbalizada* e inclina-se aos estudos que partem da *história oral de vida* para entender as *políticas públicas* por meio do ativismo de seu proponente; no reverso de estudar as *políticas públicas* de *distribuição de renda* a partir de leis e dos importantes documentos esfriados pela escrita, pretende-se entendê-las nos meandros da própria trajetória do *colaborador* desde os tempos alcançados pelos gestos recordatórios.

1. *Highlight*, atenção desperta – sobre olhar pela janela

Se eu fosse casa escolhia ser janela.
Porque a janela é da casa o que não é,
o vazio onde ela sonha ser mundo.
Mia Couto¹⁹

Parte significativa dos oralistas brasileiros preza pela importante dimensão da memória de grupos desprivilegiados, afetados por episódios traumáticos e

¹⁸ A última parte do artigo tem mais páginas do que as outras, pois a ênfase narrativa do *colaborador* foi dada às *políticas públicas* que culminaram na Lei da *Renda Básica de Cidadania*.

¹⁹ COUTO, Mia. *Na Berna de nenhuma estrada*. Lisboa: Caminho, 2001, p. 145.

com múltiplas vivências que implicam dramas das mais variadas comunidades de destino. Existe, com razão, uma tendência majoritária à consagração dos estudos da memória de grupos sociais excluídos e que vivenciam difíceis processos de socialização ou unanimidade de dramas – imigrantes, integrantes de movimentos sociais, indígenas, perseguidos políticos, afetados por atos de racismo, vítimas de violências, enfermos, entre outros. Menos frequentes são os enchetes de história oral com integrantes das elites e, amiúde, cabem distinções entre memórias de pessoas oriundas das elites das *memórias elitistas* isentas de problematizações criteriosas²⁰.

Na *história oral de vida política* de Suplicy é possível problematizar tanto seu lugar original de pertencimento, quanto sua destinação política como ativista dos direitos humanos e em prol das políticas públicas de transferência de renda. Não significa dizer, é claro, que sua condição socioeconômica de origem e seu vínculo com camadas abastadas não contribuíram de forma decisiva para a construção de oportunidades ao longo da vida. A entrevista de Suplicy revelou, contudo, escolhas que o situaram no decurso do tempo ao lado dos trabalhadores e permitiu compreender que nem toda memória de *colaborador* oriundo da elite é, por isso, *memória elitista* que se encerra no conjunto da perspectiva *economicista* que ofusca complexidades.

Menos incidentes, estudos no campo da história oral sobre as elites mostram-se pródigos para evitar preconceções sobre origens e determinismos de memória. No país, parte dos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/FGV, realizou entrevistas com integrantes das elites, tais como aquelas derivadas dos seguintes projetos (ALBERTI, 1998): “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, “Trajetória e desempenho das elites políticas de São Paulo” e “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”. Os mais variados investimentos de acadêmicos do CPDOC nos projetos com elites resultaram em diferentes

²⁰ Para conceituar “elites”, disse Norberto Bobbio que: “em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”; nada obstante, as características mais relevantes de estabelecimento do poder das elites são os aspectos econômicos, ideológicos e políticos (BOBBIO, 1998, p. 385).

publicações que repontam como mostras e estimulam reflexões de certa história oral que ainda reclama por estímulos às *políticas públicas*, à *devolução social* de resultados²¹.

No *Columbia Center For Oral History Research*, COOHR, ligado à Columbia University, desde os pioneiros, não foram poucos que realizaram entrevistas de história oral com membros das elites políticas e econômicas dos Estados Unidos²². Terry Birdwhistell, um dos fundadores do *Louie B. Nunn Center for Oral History da University of Kentucky*, por seu turno, sopesou possibilidades sobre as memórias das elites: desde menções à obra de pioneiros estadunidenses que abordaram memórias de elites, tais como o próprio Allan Nevins. Birdwhistell (1983, p. 95) considerou, então, que o processo político contemporâneo raramente está plenificado nos documentos codificados pela escrita. Por lógico, é inusual que membros letrados das elites econômicas, ideológicas e políticas lancem mão da solenidade da escrita para revelar nuances de projetos intelectuais ligados à *história de vida* ou à oralidade cotidiana. No *disparo da fala*, contudo, torna-se possível compreender contornos de memória que decorrem da força política do argumento e se justificam na dinâmica da subjetividade (PORTELLI, 1996).

Fora dos Estados Unidos, pode-se mencionar, ainda, a sueca Ylva Waldemarson, professora da Södertörn University, que trouxe a lume entrevistas cujos elementos privilegiados para análises se relacionaram à subjetividade, às situações menos formais e aos aspectos da *vida política* não situados em documentações regulares (WALDEMARSON, 2015, p. 185). Kate Fitch, docente da Murdoch University, argumentou em favor do que chamou de “memória e

²¹ A trilogia: “Visões do golpe” (CASTRO; D’ARAÚJO; SOARES, 1994), “Os anos de chumbo” (CASTRO; D’ARAÚJO; SOARES, 1994) e “A volta aos quartéis” (CASTRO; D’ARAÚJO; SOARES, 1995), postos ao lado de “Ernesto Geisel” (CASTRO; D’ARAÚJO, 1997), entre outras obras, são mostras da investida do CPDOC no campo da história oral de elites. Além disso, no repositório digital do CPDOC constam diversas entrevistas realizadas com membros das elites brasileiras.

²² A parceria mais recente de *memória política* preeminente foi denominada como “Obama Presidency Oral History Project”, envolvendo “The Obama Foundation” e Columbia Center For Oral History Research. Durante a iniciativa, pretende-se a realização de mais de 400 entrevistas com 1.200 horas de gravações em material audiovisual sobre o período de Obama na Presidência dos Estados Unidos. Tendo iniciado em julho de 2019 e com previsão de cinco anos para seu término, o projeto envolve membros do gabinete, da administração, bem como políticos, intelectuais, artistas e jornalistas, entre outros profissionais, engajados com a Casa Branca à época. Ver: <https://obamaoralhistory.columbia.edu/>. Acesso em: 17. dez. 2019.

entrevista de elite”, embora, ao reverso do que se propõe comumente, tenha defendido o uso das entrevistas apenas como suprimento de lacunas documentais. Para Fitch, a entrevista com interlocutores oriundos das elites nem sempre pode ser particularmente definida, ainda que se possa caracterizá-la como gesto que reporta aos *experts* em seus campos e às pessoas que ocupam posições estratégicas em tessituras sociais ou que exerçam reconhecida influência (FITCH, 2015, p. 136).

Situar a memória de Suplicy originalmente entre as elites econômicas consolidadas no sudeste brasileiro é reconhecer o quão potentes podem ser os deslocamentos do *modus vivendi* do *colaborador* sem deixar de reconhecer permanências entre elites políticas, econômicas, intelectuais – o que, para os trabalhadores e para o *colaborador*, foi algo significativo no planejamento de contributos ou mutualidades a partir do final da década de 1970.

Eduardo que tem em seu sobrenome o duplo Matarazzo e Suplicy – embora prefira, não raro, usar apenas este último sobrenome, descende de duas famílias que compunham parte da paisagem dos negócios na primeira metade do século XX: Matarazzo, porque um dos 11 filhos de Filomena Matarazzo e bisneto do conde Francesco Matarazzo (GIANELLO, 2002; MARTINS, 1973; VICHNEWSKI, 2004); Suplicy, porque filho do preeminente corretor de café Paulo Cochrane Suplicy. Os elementos subjetivos de expressões variadas em relação aos familiares estiveram presentes na narrativa de Suplicy como componente de sua memória afetiva, ao mesmo tempo em que modificações explicaram variações sobre os matizes norteadores de seu grupo familiar. Suplicy, evidentemente, não narra lançando mão das nuances ideológicas de seu lugar de origem, mas a partir dos rearranjos no curso da vida que refluem à *memória política*. No retrato de família, abaixo (FOTOGRAFIA 1), consegue-se evidenciar o casal Filomena Matarazzo Suplicy e Paulo Cochrane Suplicy com quem se casou depois de tornar-se viúva de Anésio Lara Campos. Na fotografia, Eduardo Suplicy aparece, aos cinco anos de idade, à frente de seu pai e sem esboçar sorriso.

Fotografia 1 – Suplicy e sua família.



Fonte: (Fotógrafo desconhecido, 1946)²³.

Foi assim que Suplicy descreveu o gesto de olhar pela janela de sua casa e de ver o outro, externo, alhures e socialmente alijado:

Bom, eu já disse antes, e escrevi em algum lugar, que sou o oitavo dos 11 filhos de Paulo Cochrane Suplicy e de Filomena Matarazzo Suplicy. Nasci em 21 de junho de 1941... Nasci, naquele tempo, na residência dos meus pais, na Alameda Casa Branca, nº 105... Era uma travessa da Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Desde quando eu era apenas uma criança estava muito preocupado porque tinha condições privilegiadas de vida – afinal veja quem foram os meus antepassados – mas, em São Paulo, e no país inteiro, as pessoas viviam exclusão social: os pobres estavam alijados porque não conseguiam acesso ao que era básico. Da minha janela, ficava olhando as situações de opressão social e questionava o meu próprio lugar privilegiado. Quer dizer, eu sei de onde vim e sei que depois a gente se humaniza aos poucos... Olhar pela janela foi um gesto humanizador! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

²³ Sem identificação do fotógrafo para créditos mais precisos.

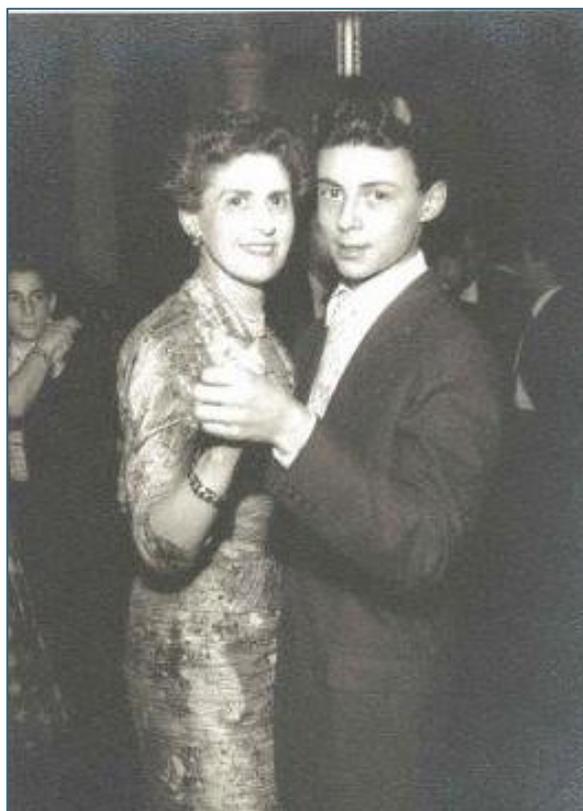
Embora reportando-se ao seu lugar social de nascimento e aos altos estratos sociais, Suplicy procedeu retomadas mnemônicas em atenção às camadas econômicas mais baixas – o que, na narrativa do político, justifica seu ativismo e atuação junto ao eleitorado pobre. A menção à exclusão social indicou importante eixo narrativo para o desenvolvimento de sua *história de vida*, assim como de proposições políticas. Disso se depreende que as modificações na trajetória de Suplicy retraçam escolhos desenvolvidos com base em elementos identitários associados às retomadas de lembranças também incidentes no momento da entrevista: a vida foi apresentada como complexa e distada de determinações, obviedades. Estimulado, nesse sentido, a descrever com mais detalhes sobre os seus primeiros anos, Suplicy reconsiderou a própria identidade com vinculações anexadas ao que ponderou ser a “descoberta da verdade”: tudo para, enfim, sustentar como “verdade” a luta político-econômica contrária às desigualdades sociais, as quais o *colaborador* conheceu por meio do contraste visual entre seu lugar e outros lugares experienciais menos favorecidos:

[...] menino, adolescente e jovem, sempre me preocupei com o que via. Também era preocupado em descobrir a verdade. Desde a minha adolescência, assim como os grandes cientistas da história – no mesmo espírito deles – como Galileu Galilei e Nicolau Copérnico, queria descobrir a verdade: porque descobrir a verdade é uma coisa humana. E os meus tempos de adolescência, de estudante no Colégio São Luís, onde fiz do Admissão ao Colegial, depois na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, eu também procurei saber um pouco sobre o porquê aqui nós vivíamos num país ainda com tamanhas desigualdades. Esse é o tema da minha vida, pois foram essas memórias que determinaram o que eu me tornei... um ativista pela *Renda Básica de Cidadania*. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Entre a estimulada seleção de lembranças e as recordações familiares, Suplicy procurou deter-se, desde logo, à narrativa sensível e empática. Sem demonstrar incômodo na busca por uma reminiscência e reservas antigas de memória, a elaboração da fala do *colaborador* indicou o preparo para a vida política da forma como se construiu: na interface com sindicalistas e como “petista inabalável”, conforme disse, Suplicy descreve as relações familiares com bastante afeto, mas não nega mudanças no conjunto de valores políticos que embasaram vínculos com trabalhadores (SUPLICY, 2019. Informação verbal). A

luta contra as vulnerabilidades sociais foram, pois, avocadas durante grande parte de suas lembranças como o maior motivo da vida de Suplicy. E quando convidado a esclarecer sobre se a janela através da qual olhou era o vão na parede de sua casa ou se era uma metáfora para designar um olhar exterior, o *colaborador* arrematou com senso de oportunidade: “as duas coisas... eu olhei mesmo pela janela de casa, mas a janela referida é a da alma: de quando pude olhar para os mais pobres” (SUPLICY, 2019. Informação verbal). Tudo para, depois, pavimentar o caminho à narrativa sobre o início de sua vida acadêmica, a continuidade da trajetória que culminou em ativismo político e em seguidas eleições parlamentares. Afinal, a *história de vida* de Suplicy parece ser, pois, convocação à uma história oral nada *culturalista* de membros das elites para que se pense em *políticas públicas*. Do acervo afetivo de Suplicy, consta a fotografia 2 feita durante a formatura do antigo ensino Científico no Colégio São Luís, em que o interlocutor aparece com sua mãe, Filomena, dançando a tradicional valsa:

Fotografia 2 – Suplicy na formatura do ensino Científico.



Fonte: (Fotógrafo desconhecido, data não recordada)²⁴.

²⁴ Sem identificação do fotógrafo para créditos mais precisos.

2. *Highlight*, formação acadêmica – a constituição do político.

*Hoje, pela primeira vez, um intelectual será
sabatinado por legítimos representantes da
classe trabalhadora.*
Caio Graco Prado²⁵

Para contar de sua formação política, Suplicy se recordou do golpe civil-militar deflagrado em 31 de março de 1964 – enquanto realizava o curso de graduação em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas, FGV. Atuante como diretor cultural e, de forma respectiva, como presidente do Centro Acadêmico, CA, o *colaborador* descreveu a realização de assembleias por meio das quais estudantes rechaçaram a ruptura golpista com os fundamentos democráticos constantes na Constituição Brasileira de 1946 (FICO, 2001; 2012; NAPOLITANO, 2014; SKIDMORE, 1988; 2010)²⁶: “quando era estudante do 4º ano e presidente do CA – veja você! – aconteceu o golpe civil-militar [...] lembro-me de ter reunido os estudantes e os professores numa Assembleia [...] a maioria dos estudantes votou pelo respeito à Constituição Federal” (SUPLICY, 2019. Informação verbal)²⁷

Por meio do golpe civil-militar com a instalação, naquele contexto, de “uma ditadura que só terminaria 21 anos depois” (FICO, 2001, p. 17), a derrubada de João Goulart demonstrou, contudo, “que os processos constitucionais habituais tinham falhado no Brasil” (SKIDMORE, 1982, p. 367). Suplicy, graduado em 1964 e, distante dos movimentos de oposição frontal à ditadura recém instalada – como as organizações clandestinas, continuou sua experiência acadêmica análoga à fase denominada de *constituição do político*. Em 1966, o *colaborador* foi aprovado em concurso público para a carreira do magistério superior na Escola

²⁵ VEIGA; Rui; FILHO, Vicente Dianezi. Um encontro no calçadão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 18.071, p. 3, p. 3, 24 set. 1978. Folhetim n. 88

²⁶ O suporte historiográfico sobre a ditadura militar brasileira adotado neste artigo é diversificado, trazendo a lume autores convergentes e divergentes. Evidentemente, a preocupação central no artigo, quando do cruzamento entre as memórias e a bibliografia, não é a de fazer um debate historiográfico particular, mas de inscrever a memória política do *colaborador* na ambiência da história política.

²⁷ Curiosamente, Suplicy escolheu a expressão “golpe civil-militar” para se referir à deposição de João Goulart, Jango, em 1964. Concorde-se com o *colaborador* porque, na perspectiva de Marcos Napolitano, o golpe foi civil-militar e o Regime ditatorial, por seu turno, foi militar (2014, p. 67).

de Administração da FGV, e, de 1966 a 1968, enquanto recrudescia a ditadura no Brasil até o ápice do Ato Institucional 5, AI-5 (MOTTA, 2018), ingressou na Michigan State University para a realização do curso de mestrado.

De 1968 a 1970, o *colaborador* lecionou na FGV antes de retornar para a Michigan State University, onde defendeu, em 1973, a tese doutoral intitulada: “Os efeitos da minidesvalorização da economia brasileira” (1973). O retorno de Suplicy para o Brasil, depois de doutorar-se, demarcou um período dedicado à intensificação de reflexões sobre políticas sociais e econômicas: “tudo o que eu queria era um país solidário!”, abalizou o *colaborador*. Explicou, ainda, que, apesar de ter se afastado do contexto conflitivo da ditadura para estudos continuados, sua experiência no exterior foi significativa para o que considerou ser um “período de preparação”. No final da década de 1970, o *colaborador* figurou como alternativa no cenário de distensão política que apontava para o fim da ditadura. Por conseguinte, Suplicy ponderou que entre 1964 e 1973 vivenciou um período de “amadurecimento acadêmico em prol de políticas públicas de transferência de renda” como instrumento de ativismo desenvolvido quando de seu retorno dos Estados Unidos.

Nesse deslinde, o *colaborador* argumentou: “quando eu voltei para o Brasil, depois do doutorado, estava muito interessado nas questões sobre como criar um Brasil justo, civilizado, fraterno e solidário [...]” (SUP LIC Y, 2019. Informação verbal). Depois de atuar como articulista no Jornal Última Hora e de ter sido editor de economia na Revista Visão, Suplicy foi convidado por Cláudio Abramo para escrever sobre política econômica para a Folha de S. Paulo; o *colaborador* reconheceu, portanto, a importância das publicações na Folha de S. Paulo em relação à sua projeção na cena pública e para o diálogo sobre assuntos econômicos no país.

Após ter apoiado Flavio Flores da Cunha Bierrenbach, candidato à vereador eleito na cidade de São Paulo pelo MDB, em 1976, Suplicy participou, como consequência, da comemoração da vitória em uma pizzaria no bairro de Moema

– ocasião em que recebeu um convite justificado por certo destaque como articulista e economista com exposição midiática:

[...] alguns amigos vieram a mim...

Eles falaram:

- olha, nós estávamos ali na mesa, pensando: quem é que pode ser candidato na próxima eleição? Como você tem... como seus artigos estão sendo muito lidos na Folha de S. Paulo, sobretudo pelos jovens, avaliamos que você pode ser candidato!

Eu, então, procurei Ulysses Guimarães, André Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio, entre outros.

Minha pergunta básica:

- o que é ser um representante do povo, o que é ser um deputado?
(SUBLICY, 2019. Informação verbal)

Ao revelar diálogos com políticos de trajetórias distintas que, contudo, convergiram no MDB em face do bipartidarismo instituído ao longo da ditadura militar brasileira – de 1966 a 1979 (RIDENTI, 2014, p. 35), Suplicy procurou situar-se, depois de seu retorno dos estudos realizados nos Estados Unidos, entre os considerados “oposicionistas tolerados” pelos ditadores; ademais, vinculou-se, na distensão política, mais à esquerda, ao círculo dialógico de Plínio de Arruda Sampaio. Era, porém, de Lula, dos trabalhadores e de políticas públicas que Suplicy queria falar durante a entrevista.

O PT, criado em 1980, foi resultado da convergência de setores variados de parte da sociedade brasileira em um período de “debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) políticos(s) que se deveria construir na transição para a democracia” (KECK, 2010, p. 14). São mostras de confluências o novo sindicalismo conduzido por metalúrgicos do ABC Paulista, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica ligadas à teologia da libertação, e, é claro, parte dos intelectuais oriundos de organizações clandestinas à época da ditadura militar brasileira (RIDENTI, 2001, p. 16). Por suposto, o PT sofreu transformações que produziram debates e, até mesmo, críticas bibliográficas contundentes de pensadores dos mais variados matizes (MARTINS, 2016). Quase sempre é possível distinguir “duas almas” no Partido (SINGER, 2010) e sabe-se que a *história de vida*

política de Suplicy indicou alguém que transitou com plasticidade entre ambas: não somente como senador à época de Lula, mas como anterior ao período de ascensão petista.

Ainda que não adviesse dos quadros de organizações marxistas-leninistas ou da clandestinidade assim como diversos fundadores do PT, cujos *modus operandi* eram frontais à ditadura militar (GORENDER, 1987; RIDENTI; AARÃO REIS, 2007), Suplicy e Lula se aproximaram entre 1976 e 1978 como prenúncio de uma aliança consolidada no alvorecer da década de 1980 – em tempos de redemocratização. Depois dos “anos românticos” para as esquerdas brasileiras, advieram os “tempos pragmáticos” que permitiram convergências de interesses sinalizadores da Nova República (RIDENTI, 2001, p. 15). Isto é, na convergência ampla de formação do PT, o *colaborador* aproximou-se de Lula – resultado particular de um processo político mais amplo: retirante nordestino, líder sindical e repleto de pretensões políticas. Decorrência de abertura política da ditadura, do encontro entre trajetórias antitéticas, as *histórias de vida* de Suplicy e de Lula são mostras convergentes entre diferentes fisionomias de país. De alguma forma, era o encontro entre duas aparências fundamentais que prenunciaram a Nova República, as quais permitem pensar no modelo de conciliação, de negociação, de mutualidades reinaugurado.

Nesse sentido, Suplicy recordou de forma pormenorizada sobre como se encontrou com Lula durante determinada palestra proferida na Fundação Santo André:

Certo dia um assessor dele..., era agosto de 76, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, que era quartanista de Economia na Fundação Santo André, disse para o Lula:

- Olha, hoje estará lá na minha Faculdade o professor que escreve na Folha S. Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy. Você não quer assistir?

O Lula foi! Foi me assistir.

Eu falei de como crescia a economia brasileira, mas com forte, fortíssima, concentração da renda e da riqueza. Isto era inaceitável para o meu conjunto de valores e para os trabalhadores que eram interlocutores de Lula: interessava a nós dois (SUP LICY, 2019. Informação verbal).

Depois da palestra, seguiu-se um momento para realização de perguntas a Suplicy: sem titubear, Lula levantou a mão e

causou espanto em todos os presentes. Por um momento, os pescoços viraram ao encontro daquele homem barbudo, contundente. Ele, então, fez observações e perguntas. Fiquei impressionado com a maneira como ele se colocava publicamente e para o público presente. O professor, atrás de mim, disse:

- Olha, o que é que vai dizer o diretor da Faculdade quando souber que está aqui um perigoso Líder sindical? (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Suplicy explicou que, depois da palestra, encontrou-se com Lula do lado de fora do recinto, e, então, estabeleceu-se um diálogo amistoso que se intensificou no transcurso do tempo:

um pouco sem graça, Lula saiu da sala na hora que acabei de responder a todas as perguntas. Sai e estava, então, ele no pátio com Devanir Ribeiro e começamos a conversar... Ele falou: - Apareça lá no sindicato, vamos continuar a conversa. Assim, de fato, fui lá algumas vezes! Conversava bastante com ele e me tornei amigo dos metalúrgicos. Afinal, tornei-me amigo de Lula, e, é claro, amigo de Lula... Amigo dos metalúrgicos do ABC! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Em 1978, mesmo ano de deflagração das Greves no ABC Paulista (ANTUNES, 1988; MATTOS, 2003) – contexto de revivescimento do trabalhismo brasileiro e de largo protagonismo de Lula na liderança sindical – Suplicy lançou seu livro “Compromisso” pela Editora Brasiliense. Evidentemente, a obra publicada indicou não apenas a inscrição de Suplicy no mesmo campo dialógico de vários autores marxistas prestigiados pela Editora Brasiliense (IUMATTI, 1993), mas também a possibilidade de comunicação econômica com setores da sociedade durante a chamada abertura *lenta, gradual e segura* em ano de descompressão política da ditadura.

Além disso, o lançamento da obra, no final de setembro de 1978, significou imediata oportunidade de exposição das propostas de Suplicy para grupos de pessoas no calçadão da rua Barão de Itapetininga, onde ocorriam, em frente à Editora Brasiliense, os bate-papos e debates conhecidos como “Encontros no Calçadão”. Os bate-papos e debates envolviam, além de transeuntes, pensadores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Bresser Pereira, Maurício Tragtenberg – entre outros. A ocasião marcou o deparo de Suplicy com pessoas

interessadas no livro, e, outra vez, com Lula como seu interlocutor no debate²⁸. Além de Lula e José Afonso da Silva, do Sindicato dos Padeiros, fizeram-se presentes na ocasião cerca de 200 pessoas que segundo Suplicy

se aglomeraram ali com três cadeiras que havíamos colocado para dialogar: um intelectual conversando com dois líderes de trabalhadores, e, nesta ocasião, segundo um dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, foi a primeira oportunidade em que Lula pensou na formação do Partido dos Trabalhadores. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

A Folha de S. Paulo – “geralmente pró-governo”, emergiu como “poderosa voz da oposição” sob a “chefia de Cláudio Abramo e Alberto Dines” (SKIDMORE, 1988; MOTA; CAPELATO, 1980) – noticiou “Um Encontro no Calçadão”, envolvendo Suplicy, Lula, estudantes, bancários e operários que o assistiram à apresentação da obra lançada e ao debate; foram registradas diferentes considerações de intelectuais que, como Caio Graco Prado, manifestaram-se em apoio à iniciativa que reuniu no mesmo palanque um economista e dois sindicalistas. O texto da Folha de S. Paulo serve para recompor o ambiente favorável ao diálogo e à explanação de ideias quando o país estava experimentando a distensão política que o conduziria de volta à democracia: muitos entre os presentes quiseram falar, apresentar problemas e expor ideias²⁹.

Segundo a Folha de S. Paulo, o clima de sabatina estava posto e a primeira pergunta foi elaborada por Lula que indagou Suplicy sobre o “índice do custo de vida”. Em direção ao candidato a deputado estadual, e, de forma concomitante, aos trabalhadores, Lula foi imediatamente aplaudido pelos presentes: na sequência, a “resposta de Eduardo Suplicy foi então acompanhada por todos com o maior interesse”; isso porque, “um pouco nervoso, mas firme, o candidato a deputado estadual respondeu com seu grande poder de síntese sem nenhum vício de economês” (VEIGA; FILHO, 1978, p. 3).

Na entrevista de Suplicy e no suporte escrito apresentado pela Folha de S. Paulo, contendo opiniões variadas de pessoas presentes, torna-se possível

²⁸ Ao final do debate, foram vendidos 230 exemplares do livro “Compromisso” – quase 10% da tiragem total (VEIGA; FILHO, 1978, p. 3).

²⁹ A Folha de S. Paulo “abriu suas páginas editoriais e de colaboração a conhecidos críticos do governo militar”, pois a “Folha tornou-se a tribuna mais importante para o debate nacional sobre a necessidade de reformas políticas, econômicas e sociais de base” (STEFFENS, 2017, p. 34-43).

perceber a ambiência de entusiasmo que a apresentação da obra proporcionou. Desse modo, compreende-se como esse episódio da *história de vida* do *colaborador* impulsionou o início de sua carreira política na atmosfera de abertura do país. A Folha de S. Paulo descreveu “desabafos” de pessoas insatisfeitas com a política econômica da ditadura militar:

- Esse debate está servindo para a gente esclarecer muitos pontos em relação à vida nacional. O problema salarial, sobre o qual os ministros sempre enrolam a gente, está mais do que claro agora. Como fomos enganados todos esses anos..., falava um senhor de aproximadamente 50 anos, que mais tarde, no debate público, se identificaria como gerente de banco [...] O debate esquenta ainda mais, quando são tocadas questões referentes à vida política nacional. (VEIGA; FILHO, 1978, p. 3)

Durante a ocasião em tela – no contexto do denominado “ciclo excepcional de greves” e em “ambiente macroeconômico excepcionalmente instável” (NORONHA, 2009, p. 120), Suplicy questionou duramente a política econômica da ditadura, sobretudo o chamado “milagre econômico”:

Para mim, o ministro mentiu quando disse que a *distribuição de renda* no país melhorou a partir de 1970. O que ele deveria ter dito é que entre 1970 e 1973, o auge do ‘milagre econômico’, caiu 10,8% a participação dos 50% mais pobres na renda nacional”. (VEIGA; FILHO, 1978, p. 3)

Nesse sentido, em “1964 estávamos diante do abismo, no final do regime tínhamos, realmente, dado um passo à frente” quando, portanto, “em fins dos anos de 1970 o apoio ao regime militar perdeu suas bases sociais também por conta da crise” (NAPOLITANO, 2014, p. 171). É evidente que, com 40,8% de inflação e 5% de crescimento do PIB (NAPOLITANO, 2014, p. 172), o momento era propício para se questionar não somente o “milagre econômico” posto em duração – como ocorreu, mas a inteireza da política econômica dos ditadores³⁰.

³⁰ A situação inflacionária e de baixo crescimento econômico se agravou nos anos subsequentes, atingindo 77,3% em 1979 com um crescimento de 6,8% ao ano, 110,2% em 1980 com um crescimento de 9,2% ao ano e atingiu o ápice de 223,9% em 1984 com 5,4% de crescimento ao ano (NAPOLITANO, 2014, p. 172).

No decurso de 1978, Suplicy recebeu apoio de metalúrgicos do ABC, de Lula e de diferentes sindicatos, tais como o Sindicato dos Padeiros. Assim foi que as “amplas ondas grevistas de 1978-79 davam às elites brasileiras um poderoso sinal de que os trabalhadores estavam determinados a tomar seus destinos em suas próprias mãos”: desde o surgimento de “novos líderes, entre eles, o carismático Luís Inácio da Silva” (KECK, 2010, p. 19). O campo dialógico do *colaborador*, entretanto, expandiu-se de maneira a produzir interesses entre leitores oriundos de variadas camadas sociais com a publicação de artigos na Folha de S. Paulo.

Entre parte dos trabalhadores e da classe média havia, no final da década de 1980, certa lassidão com a já desgastada política econômica da ditadura militar, o que tornou as propostas de Suplicy bem-vindas aos trabalhadores, aos sindicalistas, aos eleitores “bem informados”. Para reforçar a “amizade com os metalúrgicos”, Suplicy afirmou que distribuiu seu panfleto com o *slogan* “Um candidato necessário” à porta de fábricas sempre às 5h30 no ABC Paulista: “o João Ferrador, do Sindicato, falou assim: ‘tem o jornalzinho do Sindicato!’ [...] E mais: ‘você ajuda e distribui o seu folheto também” (SUPLICY, 2019. Informação verbal). Para Suplicy, o apoio dos metalúrgicos foi decisivo: “fiz campanha no Sindicato dos Metalúrgicos para me eleger em 1978! Então, encontrei apoio dentro do Sindicato dos Metalúrgicos, embora fosse um economista e professor universitário – não quis perder a dimensão pública” (SUPLICY, 2019. Informação verbal).

Como resultado do período de *consolidação do político*, Suplicy foi eleito deputado estadual por São Paulo em 1978, ano em que o MDB elegeu 56 deputados estaduais em São Paulo contra 23 da ARENA:

Eleito deputado estadual e com muitas ações de solidariedade aos metalúrgicos, aos lixeiros, aos professores nas suas reivindicações, sempre tive preocupação com os direitos humanos, seja na Febem ou em outros lugares. Foi nesse clima... Vivi minha primeira eleição. Extintos MDB e ARENA no segundo semestre de 78, pelo Presidente Ernesto Geisel, então, aquelas pessoas que estavam formando o Partido dos Trabalhadores convidaram a mim e mais cinco deputados estaduais para compor o PT. De lá pra cá sou *petista*! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

3. *Highlight*, ativismo – a constituição da política

*O mérito desta lei é do Congresso Nacional,
mas, sobretudo, é de um personagem teimoso
chamado Eduardo Suplicy.*
Luiz Inácio Lula da Silva³¹

O clima político vivenciado pelo *colaborador* em 1979 era não apenas o da Lei nº 6.683, a Lei da Anistia que “beneficiou opositores” à ditadura sem deixar de ser “autoanistia” dos militares que terminou por consagrar a “impunidade” (FICO, 2012, p. 30); nada distante, estabeleceu-se a dissolução do bipartidarismo e, por conseguinte, a filiação do narrador ao PT:

extintos MDB e ARENA no segundo semestre de 78, pelo presidente Ernesto Geisel, então, aquelas pessoas que estavam formando o Partido dos Trabalhadores convidaram a mim e mais cinco deputados estaduais para compor o PT. Como deputado estadual eu tive, assim, entre outros objetivos, justamente lutar pela redemocratização do Brasil. Era um tempo de muitas novidades e estávamos dispostos a construir um país diferente do que querem, agora, Bolsonaro e Paulo Guedes. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Consequência dos primeiros anos na vida política, Suplicy se recordou sobre a campanha das *Diretas Já* depois de sua eleição pelo PT, em 1982, para o cargo de deputado federal: “um dos fatos tão importantes que ocorreu em 1983 e 84 foi a campanha pelas *Diretas Já*”, disse. A lembrança sobre as *Diretas Já* conduziu Suplicy para uma narrativa emocionada do período: “que emoção contar isso para você agora [...] é tanta emoção que você vê uma lágrima rolar pelos meus olhos, pois fiz parte deste capítulo da história brasileira: e está guardado aqui dentro, olha! Está em minha memória!” (SUPLICY, 2019. Informação verbal). Como material de memória, Suplicy defende, em aquinhoados lances de protagonismo político, que o PT iniciou o movimento das *Diretas Já* – argumentação que, na historiografia, nem sempre se comprova (SECCO, 2011, p. 113).

³¹ LULA. [Epígrafe]. In: SUPLICY, Eduardo. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 446.

Aduziu Suplicy que

O Partido dos Trabalhadores foi aquele que iniciou o movimento pelas *Diretas Já* no comício de 27 de novembro de 1983, com 30 mil pessoas que se reuniram diante do Estádio Municipal do Pacaembu e, depois, mais partidos se juntaram à campanha. Estávamos respeitando uma virada para a democracia! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Ligado às *Diretas Já*, e parlamentar expoente da luta pela democracia no país, o *colaborador* procurou pelo protagonismo político de seu Partido. Ainda que parte da historiografia sinalize para o início da campanha das *Diretas Já* na cidade de Goiânia, em 15 de junho de 1983, “capitaneada pelo PMDB” (SECCO, 2011, p. 113), as avocações mnêmicas demonstraram vontade de pioneirismo em movimento de importância histórica no processo de redemocratização – manifestação que guarda, em si, as suas razões. Outras perspectivas historiográficas atendem à ideia de que o início das *Diretas Já* ocorreu “entre novembro de 1983” – o que corrobora a narrativa de Suplicy (NAPOLITANO, 1995, p. 207).

No entanto, a vontade de protagonismo e pioneirismo como retraço fundamental da memória de políticos com partidos definidos, para além da disputa por origens, não é demeritória na análise de narrativas; sem que se abdique de perspectivas historiográficas quando o assunto é história política ou história do Brasil republicano, a memória apresenta explicadores propícios para análises sobre enganos, distorções e variações “de fatos registrados e conferidos em outros documentos” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 60). Neste caso, o *colaborador* faz jus à história do PT que figurou protagonista ao lado do PMDB, do PDT, do PCB e do PCdoB no nominado *Comitê Nacional Partidário Pró Diretas*” que deu a senha para o amplo exercício do jogo da democracia presidencialista multipartidária instaurada quando do término do bipartidarismo (MAINWARING, 1993).

Suplicy recordou-se de vários comícios realizados na campanha das *Diretas Já*, entre os quais o da Praça da Sé em 25 de janeiro de 1984 com 300 mil pessoas, o da Candelária no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1984 com 1 milhão de pessoas e o do Vale do Anhangabaú em 16 de abril de 1984 com 1 milhão e 500 mil pessoas. Ao se referir a uma galeria de políticos e artistas que

contribuíram para com o movimento em prol do restauro da democracia no país, o *colaborador* descreveu suas impressões sensíveis: “era uma força que vinha de dentro da gente e explodia como algo democrático que não dava para segurar... era mais forte do que a ditadura [...] era dentro da gente mesmo e não fora!” (SUPLICY, 2019. Informação verbal).

A campanha pelas *Diretas Já*, entretanto, não apenas despertou a euforia do processo democrático, mas encaminhou certa frustração que, como se sabe, é irrestrita ao *colaborador*:

Em 25 de abril de 1984, houve a votação pelas *Diretas Já* – da emenda Dante de Oliveira, a PEC nº. 05/1983. Poxa... Faltaram 22 votos para que obtivéssemos os 3/5 necessários! A força daquela campanha fez com que, em 1988, na nova Constituição Federal, se estabelecessem eleições livres e diretas para todos os níveis: para prefeito, governador e presidente da República. Participar da campanha *Diretas Já* foi para mim algo muito relevante: se não fossem as *Diretas Já*, tudo teria sido diferente. Como deputado federal, além de participar das eleições pelas *Diretas Já*, criticar bastante o governo João Figueiredo, a política econômica, a concentração de renda e de riqueza... Fiz, então, muitos pronunciamentos sobre o caso Coroa-Brastel e todo o contexto. Mas, não posso deixar de admitir certa frustração... nas *Diretas Já* nós queríamos eleições diretas de verdade! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Os especialistas se dividem frequentemente sobre as *Diretas Já*, pois alguns dizem que “o significado histórico do movimento de 1983-1984, foi muito além dos seus resultados político-institucionais imediatos” posto que superou-se a dinâmica institucional de votação da emenda do deputado Dante de Oliveira para se firmar como “mobilização de amplos setores da sociedade civil, pré-organizados ou não” que marcaram uma época de modificações (NAPOLITANO, 1995, p. 207). Outros sustentam, contudo, posições acentuadas e críticas na perspectiva do processo inconcluso de transição – ou mesmo no tocante à *justiça transicional* – em que tanto a “campanha que acendeu as esperanças pela anistia ‘ampla, geral e irrestrita’ culminou na lei de 1979, que impediu punições”, quanto “as *Diretas Já* terminaram em anticlímax: a eleição indireta” (FICO, 2012, p. 31).

A Nova República, de Tancredo a Sarney, provocou, conforme a avaliação de historiadores, frustrações renovadas em razão de “falsificação da ruptura que não houve”, porque “os símbolos da Campanha das Diretas, o hino cantado pelo povo e as cores nacionais estampadas em camisetas, foram retomados pela propaganda do cruzado e de Sarney”: tratou-se, pois, de um “entusiasmo passageiro” com “impressão de novos tempos – que, entretanto, não chegaram” (FICO, 2015, p. 115). Por isso, a eleição de Collor à Presidência da República – ao derrotar Lula – no final de 1989, significou para uma parcela de cerca de 35 milhões de votantes a expectativa de um novo momento – com atendimento à demanda central das *Diretas Já*: “era o primeiro presidente a ser eleito conforme a Constituição democrática de 1988, quase trinta anos depois que o eleitorado elegeu diretamente o seu presidente pela última vez, em 1960” (SALLUM JR; CASARÕES, 2011, p. 163).

Suplicy é comumente lembrado por atuações em prol de políticas de transferência de renda principalmente à época em que foi senador da República. O *colaborador* não deixou de demonstrar sua relação com as origens de seu Partido: “do PT, fui o primeiro senador e que alegria isso me dá... por causa da história do PT e porque fiz o meu melhor como senador”. É desse período que repontam duas lembranças basilares, quais sejam: a primeira de sua luta por ética na política e a segunda sobre o Impeachment de Collor. Causa propulsora da campanha por ética na política, a oposição ao governo Collor foi marcante na conduta pública de probidade defendida também por Suplicy; à época e atualmente, o *colaborador* ponderou que sua luta por ética na política contribuiu para o fortalecimento, portanto, de sua imagem proba com respeitabilidade entre opositores democráticos³². Por lógico, a luta de Suplicy, e outros, em prol de ética na política convergia com posicionamentos de diferentes setores, entre outros:

³² Advertência fundamental é que especialistas na história do PT dividem a história do Partido em fases, segmentos e propostas distintas (SECCO, 2011, p. 24-26); não obstante existirem estudiosos que contemplaram o período de reclamos petistas sobre a ética na política e atuação analisada no Impeachment de Collor (SALLUM JR; CASARÕES, 2011), outros, de um ângulo analítico liberal, destacaram a ausência de probidade em episódios de grande desgaste para o PT como o chamado Mensalão com títulos que evidenciam contrastes, como: “Do PT das Lutas Sociais ao PT do Poder” (MARTINS, 2016).

Central Única dos Trabalhadores, CUT, Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Plano Nacional de Bases Empresariais, PNBE, e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. Perpassando diferentes momentos da lógica partidária interna às vezes tensivas, o PT aderiu à proposta de Impeachment por meio do apoio à CPI do caso PC Farias, cuja atuação de Suplicy e José Dirceu foram elementares (MARTUSCELLI, 2010; TABAGIBA, 1998). O *colaborador* concebeu, assim, ter prestado importantes serviços ao país quando atuou contra Collor em seu processo de Impeachment.

As vantagens da *memória de expressão oral* – que se comporta nos meandros políticos – repousa nos interstícios, bem como nos detalhes abrigados ao fundo de atitudes políticas bem identificadas pela historiografia:

Quando Pedro Collor de Mello deu entrevista para a Revista Veja, sobre os episódios que caracterizavam as ações de Paulo César Farias, o PC Farias, e eu liguei para o Pedro Collor de Mello, que estava aqui no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, convidei também José Dirceu – que era deputado federal – para estar comigo e fomos àquele Hotel. Lá, conversamos por cinco horas com Pedro Collor de Mello e ficamos, assim... Tão impressionados e indignados que viemos à minha residência e redigimos imediatamente o requerimento da CPI que acabou resultando no afastamento do presidente Fernando Collor em dezembro de 92. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

O tônus de memória sustentado por Suplicy, quando da referência a Collor, reportou ao mencionado movimento por ética na política com balanço sintético do período: “é importante saber que um homem moralmente comprometido não tem envergadura para dirigir um país inteiro, principalmente quando se elege com discurso moralista”. Ainda assim, paira o entendimento em alguns analistas de que a luta contra a corrupção não tenha sido a causa mais importante “das manifestações de massa pró-impeachment” e que, de outra forma, “o discurso hegemônico da ética na política foi uma manifestação da insatisfação *difusa* com os efeitos da política neoliberal” recém apresentada ao país (MARTUSCELLI, 2010, p. 544-545). Nos mais variados documentos do PT, o Partido impôs o xeque-mate a Collor com larga atuação de Suplicy: se Collor não renunciasse “e, comprovadas as acusações, consideramos imperativo ético e político do PT propor o ‘impeachment’ do presidente da República” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, CEN, 1992, p. 1).

Durante o governo Collor, portanto, a aposta

No avanço das investigações de corrupção na base governamental, a defesa da ética na política e o chamado do *impeachment* de Collor passaram a ser a tônica das forças sociais de oposição ao governo [...] as denúncias de corrupção aceleraram um processo em curso, pelo qual a tolerância de diversos segmentos sociais ao modo de implementar a política econômica e aos efeitos políticos e sociais desta havia atingido níveis bastante reduzidos. (MARTUSCELLI, 2010, p. 544)

Uma das plataformas de ascensão do PT durante a década de 1990 estava adquirindo notoriedade entre parte da população brasileira que reclamava probidade na vida pública. Suplicy sorveu, porém, o ambiente oposicionista em prol de ética na política sem desconsiderar modelos antagônicos entre a economia neoliberal em fase de implementação por Collor e as propostas de transferência de renda já presentes no modo de pensar do, então, senador da República. Setores do PT fizeram grandes esforços para trazer ao seu discurso político-partidário o tema da corrupção sustentado por conservadores durante grande parte da história republicana: o combate à corrupção.

Ainda que a perspectiva política tenha sido retraçada com acuidade de memória, Suplicy fez sua ênfase recair, pois, sobre políticas econômicas e públicas relacionadas às ações de *distribuição de renda*. O *colaborador* procurou responder uma *pergunta de corte* – com efeito de estímulo à narrativa – durante a entrevista: “por que, ligado à esquerda, ao invés de propor *distribuição de renda*, o senhor não propôs a distribuição da riqueza do país?”. Tudo com a intenção de instigar a narrativa e exposição de ideias em torno de suas propostas e relativizar a performance política durante a fala. Com respostas entremeadas, fez-se imperiosa a noção de certo gradualismo na implementação de políticas públicas relacionadas à *segurança de renda*. Isto é, o *colaborador* considerou algumas etapas da *distribuição de renda*, sobretudo quando da avaliação do Programa *Bolsa Família*; para o narrador, não se trata, portanto, de medida ulterior, definitiva, indefectível (KINGDON, 2003).

Atingindo-se gradualmente etapas diferentes, poder-se-ia aprimorar não somente os meios de transferência de renda, mas, igualmente, chegar à partilha da riqueza do país conforme abalizou o *colaborador* em resposta à *pergunta de corte*. O ápice, para Suplicy, seria atingido quando da implementação da proposta de *Renda Básica de Cidadania*. A ideia gradualista de Suplicy foi, contudo, contestada em diferentes suportes bibliográficos: “a identificação do *Bolsa Família* como a primeira etapa da implementação gradual da lei da renda básica não parece ser uma plataforma consensual” (BRITO; SOARES, 2010, p. 9-10)³³.

Economista crítico do chamado milagre econômico, o *colaborador* sinalizava, ao longo da campanha de 1978, para a forte concentração de renda nas camadas mais abastadas da sociedade brasileira – no topo da pirâmide – e questionava, à guisa de exemplo, no “Encontro do Calçadão”: “quem é que tem automóvel no Brasil? É toda população? Ainda não, são 18% que os consomem” (SUPLICY, 2013, p. 308).

Isso porque

o chamado Milagre econômico do período 1968-73 da ditadura militar teve taxas mais altas de crescimento [...] mas acompanhadas pela ampliação das desigualdades. Para usar a linguagem da época, o bolo cresceu, mas não podia ainda ser dividido. (CARVALHO, 2018, p. 22)

Suplicy, entre outros agentes da cena pública, propôs atitudes concretas para “repartir o bolo” já no período de redemocratização do país. Durante o ano de 1991, o, então, recém-eleito senador Suplicy buscou a implementação do Programa de Garantia de Renda Mínima por meio do Projeto de Lei, PL nº 80/1991; esse ato inaugural foi sucedido por diferentes fases na luta por *segurança de renda* até a sanção da Lei nº 10.835/2004, que instituiu a Renda de Cidadania no Brasil, de sua autoria (SUPLICY, 2003)³⁴. Sobre esse período, o *colaborador* recordou-se de iniciativas variadas no campo da *distribuição de renda*, sobretudo

³³ Sob quaisquer limites, entretanto, o período de esgotamento econômico da ditadura militar – em que Suplicy firmou-se candidato à deputado estadual – e a redemocratização do Brasil abriu, por conseguinte, espaço para implementação de novas políticas públicas de *distribuição de renda*. Tudo, é claro, depois da promulgação do novo Diploma Constitucional de 1988, da estabilização da moeda e da redução de índices inflacionários (FICO, 2015, p. 129-130): “o processo do Plano Real operou uma virada profunda na conjuntura sem que nenhuma medida de reforma política precedesse a realização da estabilização monetária” (IANONI, 2009, p. 145).

³⁴ Não significa, é claro, que antes e depois desse período Suplicy tenha abdicado de lutar por políticas de transferência de renda.

de que tais políticas públicas foram, por conseguinte, implementadas em um período de crescimento econômico: “que foi em média de 2% ao ano entre 1995 e 2003” e que “já tinha subido para 5,8% em 2004 e 3,2% em 2005”, dito de memória; entre 2004 e 2010, o Brasil “conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, a redução das desigualdades sociais e regionais”, bem como o controle da inflação e o “aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas”. No ano de 2010, o país cresceu 7,5% e alcançou, por conseguinte, o ápice econômico do período anterior à derrocada paulatina durante o governo de Dilma Rousseff (CARVALHO, 2018, p. 10-18).

Ora, a “expansão da renda e do emprego nos setores de baixa qualificação da mão de obra (especialmente de serviços), proporcionada pelas políticas de transferência de renda e pelos aumentos reais do salário mínimo, contribuiu para um forte dinamismo” em relação aos “bens de consumo de massa”, assim como sobre os “bens de consumo mais sofisticados (bens manufaturados e serviços) no período de 2006 – 2010”, que é “o período de boom” (NASSIF, 2018, p. 24-25)³⁵. Por isso, aumentaram os “salários nas ocupações que exigiam menor qualificação”, o que produziu “alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva” – aspectos que “colaboraram com o ciclo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010” (CARVALHO, 2018, p. 23). Três pilares foram responsáveis pelo “ciclo virtuoso” à época de Lula segundo a bibliografia aqui subsumida, quais sejam: o “ pilar da *distribuição de renda*” – no qual atuou Suplicy – o “ pilar de acesso ao crédito”, e, por fim, o “ pilar de investimentos públicos” somados à alta nos preços das commodities.

Ao descrever políticas de *distribuição de renda*, Suplicy coligou à sua narrativa o que se considera também em história oral um *objeto biográfico*:

³⁵ É importante esclarecer que, embora com o reconhecimento de méritos da obra de Laura de Carvalho – “o livro é recheado de méritos” –, “Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico”, André Nassif escreveu este “artigo-resenha” com caráter crítico anunciado desde o título: “A valsa não totalmente afinada de Laura de Carvalho: um ensaio-resenha crítico de *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*” (NASSIF, 2018).

entregou o livro “Renda de Cidadania: a Saída é Pela Porta”. Durante a entrega da obra, o entrevistado, em trânsitos intersubjetivos, pediu que alguns trechos fossem lidos e se emocionou com parte do discurso de Martin Luther King Jr transcrito no livro. Entregue o livro, o *colaborador* continuou as dicções da memória entrecruzadas às leituras de sua obra; ao fazê-lo, requereu a primazia da solidariedade no decurso e para o centro de sua vida política:

Durante o período em que fui senador, quando foi em abril de 1991, apresentei um Projeto de Lei justamente preocupado com a melhoria da *distribuição de renda* e com a erradicação da pobreza; um Projeto de Lei para criar e instituir um programa de garantia de renda mínima, portanto, através de um imposto de renda negativo, pois toda pessoa adulta que não recebesse um certo patamar de renda teria o direito de receber 50% da diferença entre o que ganha e o que é adequado para se viver. O projeto apresentado em abril de 1991 foi aprovado pelo Senado, foi para Câmara dos Deputados, recebeu o parecer favorável do deputado Germano Rigotto. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Entre 1991 e 1992 – período de apresentação do PL acima mencionado, Suplicy, então, ponderou que as políticas públicas propostas seriam referentes ao pagamento de “renda mínima apenas para aqueles que não têm o suficiente” (SUPLICY, 2013, p. 22). Tudo com base no nominado “imposto de renda negativo” (SUPLICY; CURY, 1994; SUPLICY; MARGARIDO NETO, 1995). Estavam em questão os segmentos que seriam objetos de políticas de erradicação da miséria³⁶. No ano de 1991, o *colaborador*, em contato com um grupo de economistas considerados “simpatizantes do PT”, em Belo Horizonte, tais como José Márcio Camargo, foi questionado: “não seria bom começar a garantia de uma Renda Mínima pelas famílias carentes, desde que as suas crianças estejam frequentando a escola?”. O grupo de economistas referido considerava, pois, a existência do que Suplicy nominou de “ciclo vicioso da pobreza”, quando, então, crianças tinham de trabalhar em prejuízo da formação básica.

³⁶ No ano de 1991, Suplicy, em contato com um grupo de economistas considerados “simpatizantes do PT”, em Belo Horizonte, como José Márcio Camargo, foi questionado: “não seria bom começar a garantia de uma Renda Mínima pelas famílias carentes, desde que as suas crianças estejam frequentando a escola?”. O grupo de economistas referido – coordenado por Walter Barelli – considerava a existência do que o *colaborador* nominou de “ciclo vicioso da pobreza”, quando, então, crianças tinham de trabalhar em prejuízo da formação básica e acadêmica para uma equânime possibilidade de socialização sobretudo na vida adulta.

No transcurso dos anos, Suplicy modificou sua maneira de pensar porque leu a obra do filósofo Philippe Van Parijs, principalmente o livro *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform* (1992)³⁷. Não obstante, participou de eventos internacionais como o V Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, BIEN, em Londres. Por isso e por “amadurecer posições”, disse o *colaborador*: “tornei-me um entusiasta da *Renda Básica de Cidadania* incondicional a ponto de dedicar grande parte da minha energia e tempo para a causa: história esta que ainda não terminou” (SUPLICY, 2013, p. 23). A influência intelectual recebida por Van Parijs logo se transformou em contatos, possibilidades e encontros, pois o *colaborador* teve a oportunidade de recebê-lo, de início, junto ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, FHC: “quando, em 96, ele esteve no Brasil, solicitei ao presidente FHC que eu pudesse recebê-lo e, é claro, FHC recepcionou-o junto”. Nesse ínterim, Suplicy aderiu à ideia gradualista de implementar progressivamente as políticas de *transferência de renda* até atingir o que propôs Van Parijs (CARDOSO, 2013).

Durante a entrevista, Suplicy demonstrou o caráter republicano de como, apesar de opositorista, valeu-se de articulação com FHC:

Philippe Van Parijs disse ao presidente FHC que o importante era um dia chegarmos à *Renda Básica de Cidadania* como incondicional, como direito à cidadania mesmo – igual para todos – mas, que se iniciássemos com a garantia de uma Renda Mínima relacionando as oportunidades de educação seria um passo importante. Seria evidentemente algo positivo, porque significavam investimentos em capital humano (SUPLICY, 2019. Informação verbal).

Depois do diálogo entre Suplicy, Van Parijs e FHC, o ex-presidente

deu “sinal verde” para que fosse aprovado o que se tornou a Lei 9533/97, por meio da qual a união financiaria em 50% os municípios que adotassem programas de Renda Mínima associados à educação. Depois de 4 anos, ao invés de 50%, 100% de todos os municípios brasileiros, dos gastos de todos municípios em projetos daquela natureza, seriam financiados pela União – pagos pela união. Isso foi denominado Projeto Bolsa Escola que era, portanto, o nome que Cristovam Buarque dava à iniciativa. A Lei passou a se chamar José Roberto Magalhães Teixeira em

³⁷ Ver: VAN PARIJS, Philippe. *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform*. London: Verso, 1992.

homenagem ao prefeito de Campinas que havia também sido pioneiro. Agora tínhamos a Lei 9522/97! Tudo, enfim, graças às articulações a partir de concepções ensaiadas ao lado de Philippe Van Parijs. (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Em 1999, o Poder Legislativo instalou a Comissão Mista Especial destinada a ‘estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRITO; SOARES, 2010; BRASIL, 1999). A Emenda Constitucional nº. 31/2000, que dispõe sobre a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, decorreu dos trabalhos dessa Comissão. Criou-se, por Medida Provisória, MP, com conversão em Lei, portanto, o Programa Nacional de Bolsa Escola do Ministério da Educação, além do programa Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde³⁸. Ainda no período de FHC, o “governo criou o Programa Auxílio Gás, de modo a proporcionar às famílias pobres uma ajuda de custo para comprar gás” (SUPLICY, 2013, p. 19). No início do governo Lula, no mês de fevereiro de 2003, o ex-presidente “instituiu o Programa Cartão Alimentação, por meio do qual cada família pobre, com renda abaixo de meio salário-mínimo *per capita*, teria o direito a um cartão de crédito de R\$ 50,00 por mês que poderia ser gasto apenas em alimentos” (SUPLICY, 2013, p. 19).

Do período de FHC à época de Lula houve avanços nas políticas públicas de *distribuição de renda* referidos em pesquisas diversas sobre a evolução de programas, propostas e leis (CARDOSO, 2013). Diferentemente do criticado Milagre econômico da ditadura militar, entre 1968 – 1973, quando no Brasil foram registradas médias de crescimento de 11,1%, mas “enorme concentração de renda no topo da pirâmide salarial” (NASSIF, 2018, p. 15), a paisagem modificada durante a redemocratização atingiu seu ápice justamente durante o governo de Lula que

³⁸ O público-alvo do Bolsa Escola eram as crianças de 6 a 15 anos, com “renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo à época. O valor do benefício repassado era R\$ 15,00 por criança em idade escolar e cada família poderia receber até R\$ 45,00”. Como requisito de manutenção, o programa “impunha a condicionalidade de 85% de frequência à escola para o recebimento do benefício”. Por seu turno, o “Bolsa Alimentação, instituído como uma iniciativa complementar ao Bolsa Escola, em termos de cobertura da população materno-infantil, destinava-se a famílias com gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos de idade, com a mesma renda familiar do programa gerido pelo MEC”, com os mesmos valores do Bolsa Escola. As “condicionalidades exigidas dos beneficiários referiam-se à realização de atividades de saúde preventiva, como o cumprimento do calendário de vacinação das crianças e o comparecimento a consultas pré-natais” (BRITO; SOARES, 2010, p. 7).

“havia se comprometido a ajudar os pobres, de onde ele viera” (ANDERSON, 2011, p. 28). Inicialmente sob o mote do Programa Fome Zero, o governo Lula avançou para duas propostas homólogas: trata-se respectivamente do *Bolsa Família* e, com oportunidades paralelas, da *Renda Básica de Cidadania*. De início, o Fome Zero obteve “maior repercussão na mídia e no próprio discurso governamental”, mas “foi o Bolsa Família que se consolidou como o programa social por excelência do governo Lula” (WEISSHEIMER, 2006, p. 32), enquanto Suplicy atuou analogamente pelo *Renda Básica de Cidadania*.

Do *Bolsa Família*, recordou-se Suplicy:

Em outubro de 2003, o presidente Lula lançou o Programa *Bolsa Família*, que unificava e racionalizava tudo! Ele unificou, e, então, racionalizou aqueles quatro programas que eu mencionei: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação no que veio a ser *Bolsa Família*. Nesse sentido, e em outros, ninguém fez mais do que Lula pelo Brasil e hoje ele paga um preço enorme! Em dezembro de 2003, havia 3 milhões e meio de famílias inscritas no programa *Bolsa Família*. Os programas sociais foram, por conseguinte, aumentando, aumentando, aumentando... Em julho de 2014 tivemos o maior número de famílias inscritas: 14 milhões e duzentas mil famílias inscritas. Já no período Dilma e já com as dificuldades que a gente sabe. (SUP LIC Y, 2019. Informação verbal)

O Programa *Bolsa Família* se tornou uma das mais sólidas fisionomias sociais do período Lula na Presidência da República. Atuando na consolidação de “vários programas preexistentes e expandindo sua cobertura”, Lula tornou-se símbolo “do programa que está agora indelevelmente associado a ele, o *Bolsa Família*, um depósito mensal de dinheiro para as mães nos estratos de menor renda” quando “comprovado o compromisso de que elas estão enviando os filhos para a escola e acompanhando a saúde deles” (ANDERSON, 2011, p. 28). Para receber o *Bolsa Família* existem, entretanto, critérios que são concebidos como contrapartida do beneficiário³⁹ – conforme explicados por Suplicy (2013, p. 32) ao destacar os aprimoramentos do programa social realizados até o ano de 2012:

³⁹ Para acompanhamento parcial das condicionalidades de saúde e educação do *Bolsa Família*, acesse: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>. Acesso em: 14. dez. 2019.

i) se a mãe estiver grávida, ela deverá ir às unidades de saúde da rede pública para fazer o seu exame pré-natal e o acompanhamento de sua saúde até o bebê nascer; ii) os pais devem levar seus filhos com idade até seis anos ao sistema público de saúde para receberem suas vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; iii) as crianças de sete a 15 anos e 11 meses de idade devem comparecer a, pelo menos, 85% das aulas na escola e os adolescentes de 16 a 18 anos de idade devem comparecer a, pelo menos, 75% das aulas. (SUPLICY, 2013, p. 20)

Destaca-se que a efetividade do *Bolsa Família* foi reconhecida para além de ser o maior programa de *distribuição de renda* do Brasil, pois, premiado e reconhecido internacionalmente, inscreveu-se no âmbito de um processo econômico mais amplo com efeitos significativos entre 2006 e 2010: “o crescimento maior trouxe consigo uma redução das desigualdades”, porque “as transferências de renda via *Bolsa Família*, a valorização mais acelerada do salário mínimo e a inclusão no mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira” instruíram a “expansão de setores cuja produção demandava uma mão de obra menos qualificada” como no caso dos setores de “serviços e da construção civil” (CARVALHO, 2018, p. 22).

No entanto, Suplicy defendeu que o Programa *Renda Básica de Cidadania* se configura em política pública ainda mais eficiente para uma *distribuição de renda*, que, então, torna-se reconhecida por seu alcance, por seu caráter cidadão mais abrangente. Se o *Bolsa Família* é indissociável da imagem de Lula, o *Renda Básica de Cidadania* está vinculado às propostas parlamentares de Suplicy e à sua história de vida:

Estudei bastante este tema – a vida toda. Fiquei persuadido de que, melhor do que a garantia de uma Renda Mínima associada a educação seria pagar uma Renda Básica Incondicional para todas as pessoas, e, em dezembro de 2001, apresentei um novo Projeto de Lei no Senado Federal para instituir uma *Renda Básica de Cidadania* incondicional para todos: não importa sua condição, não importa o seu sexo, sua origem, sua raça, sua idade, sua religião e sua condição civil ou mesmo socioeconômica. Todas as pessoas no Brasil, inclusive os estrangeiros, diz a Lei, residentes no Brasil há 5 ou mais anos... Todas passariam a ter o direito de receber uma renda na medida do possível com o progresso do país, o que era suficiente para atender as necessidades vitais de cada um. O espírito da Lei é que nada a ninguém seria negado! E, então, teríamos um modelo de Estado ainda mais efetivo e presente! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Baseando-se na perspectiva gradualista, Suplicy defendeu a convivência entre os programas *Bolsa Família* e *Renda Básica de Cidadania*: longe de confundi-los ou de tentar unificá-los, o *colaborador* sustentou posturas estratégicas de conciliação entre as propostas. O programa *Bolsa Família* tem maior popularidade não somente em razão de sua associação imediata ao governo Lula e ao ex-presidente, mas, sobretudo, por causa de sua implementação e efetividade, bem como em razão do aumento gradativo dos investimentos do Estado Brasileiro no setor social entre 2003 e 2016 (mesmo depois do ápice econômico de 2010). Dados oficiais da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do governo federal demonstram o exposto por meio da tabela 1 que se segue:

Tabela 1: Evolução do *Bolsa Família*:

Ano	Valor investido
2003*	570.144.695,00
2004	3.791.787.498,00
2005	5.812.686.500,00
2006	7.609.377.003,00
2007	9.187.886.087,00
2008	10.943.583.571,00
2009	12.454.715.899,00
2010	14.372.702.865,00
2011	17.364.278.589,00
2012	21.156.744.695,00
2013	24.890.107.091,00
2014	27.187.295.233,00
2015	27.650.301.339,00
2016	28.506.168.795,00
TOTAL INVESTIDO	211.497.779.860,00

(*) A partir de outubro/2003.

Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>.

A proposta do programa de *Renda Básica de Cidadania* difere das proposições do *Bolsa Família* principalmente por seu pretendido alcance universalista conforme a narrativa de Suplicy e a obra de Van Parijs, que pontificou: “deem a todos os cidadãos uma renda modesta, porém incondicional, e deixem-nos completa-la à vontade com renda proveniente de outras fontes” (SUPLICY, 2000, p. 179), pois “renda básica é uma renda paga por uma comunidade política a todos os membros individualmente, independentemente de sua situação financeira ou existência de trabalho” (SUPLICY, 2000, p. 179). A concepção de contrapartida imediata e de condicionalidades não está presente na *Renda Básica de Cidadania*, pois a proposta visa o dado fundamental das garantias sociais como elementares à cidadania e às necessidades de humanas basilares: não se recebe uma quantia quando atendidas demandas de educação e saúde, mas em função da noção de cidadania.

Circunstâncias específicas entre favoráveis e contrários ao *Bolsa Família* também matizam as condicionalidades que, ao cabo, funcionam por equivalência ao “suor do trabalho, uma simbologia necessária para garantir apoio ao programa por parte daqueles que acreditam que ninguém deveria receber uma transferência do Estado” com ausência de “contrapartida direta” (BRITTO; SOARES, 2010, p. 13). No entanto, existem críticos das condicionalidades e outros que se destacam como defensores da *Renda Básica de Cidadania* como direito humano, assim como programa competente para a conferência de dignidade ou para a garantia de escolhas emancipatórias (CAMPOS FILHO, 2007). Suplicy inscreve-se nessa corrente que não apenas prescinde de contrapartidas, mas considera o programa *Renda Básica de Cidadania* um instrumento eficaz à construção do que chamou, baseado em sua interpretação da obra de Van Parijs, de “liberdade”.

Quando lançou mão do exemplar de sua obra “Renda de cidadania: a saída é pela porta”, conforme descreveu-se anteriormente, Suplicy rabiscou com caneta um trecho que integra a interpretação de seu ativismo em prol da *Renda Básica de Cidadania*:

Como muito bem explicou Philippe Van Parijs, em *Liberdade real para todos: o que (ou nada) pode justificar o capitalismo?*, a RBC vai elevar o grau de liberdade para todos. Mais do que isso, ela vai ajudar a sociedade a melhor aplicar os princípios de justiça, formulados por John Rawls, em sua *Teoria da justiça* (1971). O princípio da igual liberdade, segundo o qual todos devem ter um conjunto de liberdades básicas que devem ser estendidas a todas as pessoas na sociedade; o princípio da diferença segundo o qual qualquer diferença socioeconômica que existe em uma sociedade só pode ser justificada se for para o benefício dos que menos têm, de modo a proporcionar a igualdade de oportunidades para todos. Esse é o princípio da igualdade de oportunidades. Van Parijs argumenta que muito melhor do que o rendimento mínimo garantido, através de um imposto de renda negativo defendido por John Rawls, a RBC será um instrumento que ajudará a aplicação dos três princípios, por todas as vantagens listadas acima, principalmente a eliminação de estigma. Será muito mais eficiente para colocá-los em prática. (SUPLICY, 2013, p. 27-28)

Colocá-los em prática, entretanto, é a problemática que remete ao período posterior da promulgação da Lei da *Renda Básica de Cidadania*, porque, depois de aprovada e sancionada a legislação, em 2004, o conjunto normativo não foi implementado. Vista como *meio* no âmbito do gradualismo de Suplicy, o *Bolsa Família* foi implementado quando de sua promulgação e tornou-se um *fim* com méritos destacados na bibliografia especializada; mas, a importante Lei da *Renda Básica de Cidadania*, depois de quinze anos, encontra-se sem efetividade seja como *meio* de “liberdade” ou como *fim* de emancipação. Durante discurso para a promulgação da Lei da *Renda Básica de Cidadania*, aliás, Lula – após reconhecer méritos do Congresso Nacional e de Suplicy – disse o seguinte ao mesmo tempo em que pediu paciência para os “companheiros da imprensa”:

O nosso papel é transformar essa lei numa lei que funcione, numa lei que pegue, porque no Brasil tem “lei que pega” e “lei que não pega”. E queremos que essa lei pegue. E, para ela pegar, vai ser preciso a compreensão de todos de que não é possível como num passe de mágica, se arrumar todos os recursos de que precisamos para fazer a lei acontecer [...] Não faltarão aqueles que irão cobrar, já no mês que vem, a aplicação da lei. E todos nós temos que trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo da política social que queremos implementar no Brasil. (SUPLICY, 2013, p. 442-443)

Nada distante do que foi referido por Lula, sublinham-se, aqui, os processos deficitários de implementação da *Renda Básica de Cidadania* que não

estão ligados somente às condições econômicas, pois o Brasil vivenciou um período de crescimento exponencial na primeira década do século XXI. Em torno da “Nova Matriz Econômica”, por meio da “adoção da agenda Fiesp entre 2011 e 2014”, as condições para implementação de políticas públicas deterioraram em grande medida – atingindo seu ápice de restritivo entre 2015 e 2016 (CARVALHO, 2018, p. 11-12). A vontade do governo Lula, por seu turno, foi implementar o *Bolsa Família*, marcador sem precedentes de avanços sociais, enquanto pediu paciência para o *Renda Básica de Cidadania*; apesar disso, o ex-presidente reconheceu na história de vida de Suplicy que a promulgação da Lei da *Renda Básica de Cidadania* consagrou-se após mais de uma “década de persistência inabalável” do então senador da República (SUPLICY, 2013, p. 444).

Por isso, a respeito da solenidade de promulgação da Lei da *Renda Básica de Cidadania* e de sua não implementação, disse Suplicy:

Em uma bela cerimônia, a 8 de janeiro de 2004, no Palácio do Planalto, presente Philippe Van Parijs, maior autoridade sobre este sistema... Ele foi convidado especialmente, pois era professor de Filosofia e Economia da Universidade Católica de Louvain – em 8 de janeiro de 2004 – há 15 anos. O presidente Lula sancionou a Lei 10852/2004, portanto. Faz 15 anos! Eu quero muito ver ainda – em minha vida – a *Renda Básica de Cidadania* ser instituída... Tenho a convicção de que do ponto de vista de como contribuir para erradicar a pobreza, como criar uma sociedade Justa, fraterna e solidária, além prover dignidade, liberdade real para todos, uma solução de bom senso quando estamos em casa, pela porta, é de instituímos a renda básica incondicional para todas as pessoas. Eu vivi pela compreensão da *Renda Básica de Cidadania*: incondicional, apenas porque o ser humano merece ser reconhecido como tal – sujeito de direitos. Ainda verei isso funcionando de fato! Mas, se não ver: sua família e as outras famílias vejam! (SUPLICY, 2019. Informação verbal)

Referências

ALBERTI, Verena. **O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana Aleksandrovna. **Vozes de Chernobyl: história de um desastre nuclear**. Lisboa: Elsinore, 2016.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estudos** – CEBRAP, São Paulo, n. 91, p. 23-52, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

BIRDWHISTELL, Terry L. The elite speak: political oral history at the University of Kentucky Library. **The Kentucky Review**, Lexington, p. 94-104, 1983. Disponível em:
https://uknowledge.uky.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1005&context=libraries_facpub. Acesso em: 18 jun. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. Relatório Final. **Comissão mista especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturas das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais**. Brasília: O Congresso, 1999.

BRITTO, Tatiana; SOARES, Fabio Veras. Bolsa família e renda básica de cidadania – uma passo em falso? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA (BIEN), 13., 2010, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2010, p. 1-34.
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188905/Textos%20para%20Discuss%C3%A3o%2075.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CAMPO FILHO, Antonio Claret. **Transferência de renda com condicionalidades e desenvolvimento de capacidades: uma análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova n Município de Nova Lima**. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Manguinhos, 2007.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. **Da renda mínima à renda básica de cidadania**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon (orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon (orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon (orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CASTRO, Celso; D'Araújo. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ERLL, Astrid. Cultural memory studies: an introduction. *In*: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (ed.). **Cultural memory studies**: an international and interdisciplinary handbook. Berlin: De Gruyter, 2008.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. Repressão e transição política no Brasil. *In*: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

FITCH, Kate. Making history: Reflections on memory and “elite” interviews. **Public Relations Inquiry**, n. 2, p. 131-144, 2015.

GATTAZ, André; MEIHY, Meihy; SEAWRIGHT, Leandro. A história oral nos vãos da democracia. *In*: GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **História oral**: a democracia das vozes. São Paulo: Pontocom, 2019. p. 9-16.

GIANELLO, José Roberto. De fábricas reunidas Pamplona a indústrias Reunidas F. Matarazzo (1916). **Raízes**, São Caetano do Sul, n. 25, p.6-9, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o plano real. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **50 anos de Brasiliense (1943 – 1993)**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- KECK, Margaret E. **A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies.** New York: Addison-Wesley Educational Publishers, 2003.
- MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 21-74, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa.** São Paulo: Hucitec Editora, 1973.
- MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder.** São Paulo: Contexto, 2016.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, n. 2, p. 542-546, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana. **Guia Prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias.** São Paulo: Contexto, 2011.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921 – 1981).** São Paulo: Impress, 1980.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 79, p. 195-216, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Representações Políticas no Movimento Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 29, p. 207-219, 1995.
- NASSIF, André. A valsa não totalmente afinada de Laura de Carvalho: um ensaio-resenha crítico da *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 11-35, 2018.
- NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978 – 2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Circ. 047/CEN/92 – Decisões e informes de reunião extraordinária.** São Paulo: O Partido, 25 maio 1992. Mimeografado.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, 1996.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e romantismo revolucionário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 2, p. 13-19, 2001.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. **História do marxismo no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011.

SEAWRIGHT, Leandro. A história oral como disciplina, a memória coletiva e a “costura artesanal”: religião, política. **Revista Nupem**, Campo Mourão, n. 17, p. 29-43, 2016.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978 – 2010.** Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 89-111, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964).** São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

STEFFENS, Marcelo Hornos. A Folha de S. Paulo fala sobre o março de 1964: Os editoriais do jornal à “espera” do golpe civil-militar. *In*: NETO, Mário Danieli; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Narrativas sobre tempos sombrios.** São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SUPLICY, Eduard Matarazzo; CURY, Samir. A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 1, p. 101-119, 1994.

SUPLICY, Eduardo M. [Entrevista cedida a] Leandro Seawright Alonso, São Paulo (SP), 28 jan. 2019.

Eduardo Matarazzo Suplicy: história oral de vida política – *highlights* de memória
Leandro Seawright

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Compromisso**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; NETO, Bazileu Alves Margarido. Políticas Sociais: o programa comunidade solidária e o programa de garantia de renda mínima. **Planejamento e políticas públicas** – PPP/IPEA, Brasília, n. 12, p. 39-63, 1995.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; **The effects of minidesvaluations on the brazilian economy**. 1979. Tese (Doutorado em Economia) – Michigan State University, Michigan, 1973.

TATAGIBA, Luciana Ferreira. **Dos significados da “ética na política”**: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1998. VEIGA; Rui; FILHO, Vicente Dianezi. Um encontro no calçadão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 18.071, p. 3, p. 3, 24 set. 1978. Folhetim n. 88.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As indústrias Matarazzo no interior paulista**: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920 – 1960). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

WALDEMARSON, Ylva. Openness and elite oral history: the case of Sweden. *In*: GÖTZ, Norbert; MARKLUND, Carl (orgs.). **The paradox of openness**: transparency and participation in nordic cultures of consensus. Leiden: Brill, 2015.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 12 - Número 31 - Ano 2020
tempoeargumento@gmail.com